

Em depoimento à CPI da Petrobrás, a ministra da Economia alertou para os impactos da crise do Golfo: a redução do comércio mundial e do superávit brasileiro.

Zélia prevê dias mais difíceis para o Brasil

O prolongamento da crise do Golfo Pérsico pode lançar a economia mundial em um ciclo de sérias dificuldades, com pesados impactos para a economia brasileira. A avaliação foi feita ontem pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a situação financeira da Petrobrás. Zélia espera uma forte redução no comércio internacional, com queda nos preços dos produtos primários e no superávit da balança comercial brasileira.

Em seu depoimento, a ministra informou que desde segunda-feira um grupo de técnicos do Departamento de Abastecimento e Preços (DAP) e da diretoria financeira da Petrobrás estuda a adoção de uma política "coerente e transparente" para os preços dos combustíveis. "Queremos definir o mais breve possível uma política que seja acatada pela Petrobrás e pelo Ministério", garantiu. Já o senador José Fogaça (PMDB/RS) discorda de alguns colegas que propõem um documento incentivando aumentos de combustíveis: "Recuso-me a servir ao

corporativismo da Petrobrás".

Zélia admitiu dificuldades para levantar os dados sobre a Petrobrás. O Ministério da Economia já fez várias solicitações à direção da estatal, mas sempre obteve dados incompletos. O presidente da CPI, senador José Fogaça (PMDB-RS), reiterou a afirmação da ministra: "Fizemos um questionário e recebemos uma gama de informações pobres e insatisfatórias da Petrobrás", disse.

O depoimento da ministra não satisfaz o relator da CPI e ele pretende manter seu parecer, que condena a má vontade da Petrobrás para fornecer informações sobre sua real situação financeira. "A ministra não disse qualquer novidade", explicou Fogaça, irritado também com os depoimentos de diretores e ex-diretores da estatal. "Ouvimos seis presidentes e ex-presidentes da Petrobrás, diretores da empresa e dois ministros da Economia", informou o relator. "Há um pacto de silêncio: o que o presidente não fala os subalternos não revelam", queixou-se. Fogaça chamou a Petrobrás de "caixa preta" e disse que "não há nada que prejudique mais uma estatal que a falta de informações". Contrariando as afirmações do senador e da ministra, o engenheiro Diomedes Cesário Silva, presidente da Associação dos Engenheiros da

Petrobrás, afirmou que não entende quais são as dificuldades. "Se a ministra quiser, pode pedir para a associação que nós passamos as informações de que ela precisa", ironizou.

O petróleo cai. E o dólar já causa preocupação.

Se o comportamento instável do petróleo nem sempre justifica os temores da ministra Zélia, outros sinais enviados pela economia mundial aconselham o Brasil a se preparar para uma conjuntura cercada de dificuldades. O preço do barril de petróleo caiu ontem mais de dois dólares em Nova York, recuando para US\$ 36,72 e mantendo a tendência de oscilação — orientada para cima — observada desde a invasão do Kuwait pelo Iraque. O dólar, enquanto isso, continuou caindo em comparação com o marco alemão e o iene japonês.

O enfraquecimento do dólar, que atingiu nesta semana seus valores mais baixos de todos os tempos contra o marco e o iene, reflete as preocupações com a perspectiva de recessão na economia americana — e também com o impasse entre a Casa Branca e o Congresso na discussão do orçamento de 1991. O presidente George Bush ameaça vetar o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, que corta o déficit aumentando os impostos para os contribuintes com rendas mais altas. O Senado procurava ontem uma fórmula de conciliação capaz de evitar a paralisação do Executivo federal: com o orçamento de 1990 vencido, o governo só pode realizar gastos extraordinários até amanhã, e Bush garante que não prorrogará este prazo.